

# Em xeque, idealizações sobre o cangaço

José Rodrigues Mão Júnior

Muito se escreveu sobre o sertão nordestino e o cangaço enquanto fenômeno social. Imagens de cangaceiros, “coronéis”, vaqueiros, jagunços, padres, beatos, místicos, caixeiros-viajantes, entre outros, compõem a tipologia humana regional que povoa o imaginário da maior parte dos brasileiros.

Contribuíram para a gestação desse imaginário obras clássicas monumentais, entre as quais as de Graciliano Ramos e de José Lins do Rego. No campo da análise histórica, outras de impacto também a influenciaram.

Entre as que procuram analisar o cangaço enquanto fenômeno social, poderíamos destacar as de Érico de Almeida (*Lampeão: Sua História*) e Eduardo Barbosa (*Lampião, Rei do Cangaço*). Embora primem pelo caráter de biografia descritiva, pecam, entretanto, pela ausência de objetividade científica e de imparcialidade axiológica. Idealizavam o cangaço, cada uma a seu modo. Se para Érico de Almeida, Lampião era aquele que “matava por esporte, roubava por devoção, desonrava para humilhar e incendiava para se divertir”, para Eduardo Barbosa era “nosso Robin Hood ou o Dick Turpin das picadas do sertão”.

Ao lado dessas obras mais descritivas, devemos

destacar a contribuição teórica do historiador britânico Eric J. Hobsbawm, que, ao analisar o banditismo em diversas áreas rurais do mundo (entre eles o cangaço nordestino), desenvolveu a teoria do “banditismo social”. Esta, a partir de então, passou a ser o principal instrumento teórico para a análise desse tipo de fenômeno.

Não obstante, o ano de 2010 nos brindou com o brilho de *Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica*, do jovem porém iminente historiador Luiz Bernardo Pericás. Trata-se de uma instigante e singular obra, na qual o autor procurou trilhar o caminho da originalidade em sua busca pela objetividade histórica. De antemão, recusou-se a seguir os caminhos menos árdios porém enganosos. Seguindo uma conduta teórica irrepreensível, rompe com a tradição largamente estabelecida na análise desse fenômeno social.

Em relação à questão da teoria do “banditismo social”, Pericás demonstra quão tênue era a ligação social entre os cangaceiros e a população sertaneja. E vai além. Ao analisar a origem social das principais lideranças desses grupos (em geral oriundos dos estratos superiores e intermediários da sociedade sertaneja), desvenda o caráter

de classe desses movimentos. Segundo o autor, estes não lutavam necessariamente para modificar a ordem social, mas para defender os próprios interesses. Reproduziam a estrutura social da sociedade sertaneja, na qual a incipiente estrutura do Estado era parcialmente substituída pelo clientelismo e pelo poder dos “coronéis”, com suas milícias da Guarda Nacional ou tropas de jagunços. Ressalta, ainda, a quase indiferença do comportamento da soldadesca – das unidades das “volantes” e demais unidades militares e policiais – em relação ao comportamento dos cangaceiros. Resumindo, o autor considera a população sertaneja a principal vítima das exações dos diversos grupos armados em conflito, fossem estes grupos diretamente ligados ou não ao Estado.

Ainda sobre a idealização da figura do cangaceiro, presente na memória da população sertaneja através de uma história oral, parcialmente reproduzida pela literatura de cordel, o autor é bem enfático. Além de considerá-los relatos distorcidos pelo tempo, busca explicar tal admiração recorrendo a Luiz da Câmara Cascudo, que afirmou: “O sertanejo não admira o criminoso, mas o homem valente”.

Em suma, ao analisar os grupos de “bandoleiros autô-



*Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica*, de Luiz Bernardo Pericás. Boitempo Editorial, 2010, 320 páginas

nomos” do nordeste brasileiro, entre as décadas de 1890 e 1940, Pericás põe em xeque todos os esquemas teóricos e as idealizações historicamente construídas acerca do tema. Com exímia competência, vai demonstrando quanto a teoria do “banditismo social” é por demais generalizante e insuficiente para dar conta das especificidades do cangaço. Ousadamente, o autor busca no exame do processo histórico concreto o confronto dialético com essa teoria generalizante e com as idealizações preconcebidas. Trata-se, portanto, de uma obra original, que busca preencher uma imensa lacuna de nossa historiografia.

**José Rodrigues Mão Júnior** é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo